

Estatais são recordistas em calotes

O calote de dívidas virou uma prática institucionalizada no setor público brasileiro. A maioria das prefeituras está inadimplente junto à Caixa Econômica Federal; as estatais estaduais acumulam débitos com as estatais federais e estas devem bilhões uma às outras, numa ciranda de calote que já preocupa o presidente Fernando Collor. Somente à Previdência Social, as prefeituras devem Cr\$ 243 bilhões em encargos sociais.

As concessionárias estaduais de energia elétrica acumulam débitos superiores a Cr\$ 496 bilhões com as empresas do grupo Eletrobrás. Mas

a situação mais dramática é protagonizada hoje pelas 123 empresas estatais federais, a ponto do secretário-executivo do Ministério da Infra-Estrutura, Sima Freitas de Medeiros, admitir que é muito difícil até mesmo quantificar o volume total das dívidas que elas têm entre si.

Essas dívidas pendentes criam várias situações atrapalhadas. Quando o Governo Federal cobra débitos dos estados, os governadores respondem apresentando contas que não foram honradas pela União. O ex-governador de São Paulo, Orestes Quéricia (PMDB), por exemplo, chegou a romper publicamente com

o ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, quando a Secretaria do Tesouro Nacional tentou obrigá-lo a pagar a dívida externa das empresas estatais paulistas, que tinham aval da União. Quéricia devolveu a cobrança com o argumento de que a Eletrobrás também devia dinheiro às Centrais Elétricas de São Paulo. Como resultado, ninguém pagou ninguém.

“Queremos limpar o terreno e arrumar a casa”, diz o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Eduardo de Assis, que tem participado ativamente das negociações entre o Governo Federal e os

governadores eleitos. Em todos os acordos fechados com os estados, uma das cláusulas prevê o levantamento de todos os débitos pendentes de parte a parte. “Não vamos necessariamente cobrar a liquidação dos saldos que encontrarmos”, diz Assis. “Podemos até repactuar a dívida consolidada, mas esse entrave desaparece das nossas relações com os governos estaduais”, completa.

Essa preocupação existe também em relação às dívidas das empresas estatais. Amanhã, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o ministro da Infra-Estrutura, Eduardo Teixeira, fixarão os parâ-

metros que as estatais deverão seguir para o ajuste de suas dívidas. O emaranhado de débitos, envolve até mesmo as maiores empresas públicas federais do País. A Eletrobrás, por exemplo, deve o equivalente a 600 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 151,2 bilhões, pelo câmbio comercial), a Petrobrás, que deve igual montante ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e 30 milhões de dólares a Previdência Social. O presidente Fernando Collor deu um prazo até quinta-feira para que os dirigentes dessas estatais apresentem uma solução para os calotes.